

BREVES NOTAS SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: UM RELATO SOBRE A APLICAÇÃO DE CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS NA PRÁTICA DA EDUCAÇÃO SOCIAL

Heverton José Teixeira da Cruz

galoheverton@gmail.com¹

Clayton Luiz da Silva

claytonluizdasilva@yahoo.com.br²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo, relatar a experiência da aplicação de conteúdos geográficos, na prática cotidiana da Educação Social, realizada entre os anos de 2015 e 2016, junto a FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DA JUVENTUDE E INFÂNCIA – FUNDAÇÃO PROTEGER, situada na cidade de Guarapuava – PR, à qual administra cinco (05) unidades de acolhimento (popularmente conhecidas como “Abrigos”) para crianças e adolescentes, que por ventura sofrem algum tipo de violação de direitos e acabam sendo retiradas do convívio familiar, seja de forma temporária ou permanente. Devido a própria situação de acolhimento, ou pelos próprios motivos geradores do acolhimento, tais crianças e adolescentes, apresentam grande defasagem de conhecimentos comuns ao cotidiano de qualquer pessoa da sociedade atual, bem como, problemas de convívio em grupo e de relacionamento interpessoal. No caso das crianças e adolescentes da FUNDAÇÃO PROTEGER, na maioria das vezes, os mesmos, apresentam dificuldades bastante acentuadas, até mesmo em situações simples da vida em sociedade, como pedir uma informação a alguém na rua, comprar um produto em uma loja ou pegar um ônibus para deslocar-se até locais da vivência cotidiana. Tais dificuldades, podem ter origem nas situações anteriores ao acolhimento, ou na permanência por longos períodos em “Abrigos”, já que na prática, devido aos elementos protetivos que envolvem o serviço de acolhimento, as vivências sociais acabam sendo prejudicadas. Pensando em ações que possibilitassem mais autonomia, na vivência em sociedade, por parte das crianças e adolescentes acolhidos junto a FUNDAÇÃO PROTEGER, procuraram-se realizar atividades práticas, que através da aplicação dos conteúdos geográficos em situações da vida cotidiana de tais crianças e/ou adolescentes, pudessem vir a auxiliá-los na aquisição empírica de conhecimentos que tenham aplicação em situações cotidianas vivenciadas pelos mesmos. Para

1 Discente do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR), campus CEDETEG.

2 Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO-PR), campus CEDETEG. Tutor do grupo PET-Geografia e professor responsável pelas disciplinas de Prática de Observação e Estágio Supervisionado para Ensino de Geografia.



isso, foram realizadas atividades baseadas nos conceitos de Orientação e Mobilidade Urbana, além de Apresentação e Prática de Atividades Culturais, que procuraram trazer através de atividades como oficinas de “percussão e ritmo” e de “confeção de filtros dos sonhos”, além da prática das chamadas “caminhadas geográficas”, uma vivência que se mostrasse útil para aquisição de autonomia na realização de suas atividades cotidianas futuras, como estudar, trabalhar, viajar, entre outras.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Educação Social; Conteúdos Geográficos; Orientação Urbana.

Introdução

No Brasil existem inúmeras instituições públicas e privadas, com finalidade de “acolher” crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, que não possuem responsáveis legais ou que os mesmos estejam ausentes. Dentre estas, existe a Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância – Fundação Proteger, uma instituição pública de cunho fundacional, situada na cidade de Guarapuava – PR, que visa atender a demanda destas situações de acolhimento de crianças e adolescentes, na Comarca de Guarapuava, a qual abarca os municípios de: Guarapuava, Campina do Simão, Cândói, Foz do Jordão e Turvo, todos no estado do Paraná. O presente relato busca descrever a experiência da aplicação de conteúdos geográficos na prática cotidiana da Educação Social nesta instituição.

Na atualidade existe um alto índice de crianças e adolescentes vivendo em situação de risco ou vulnerabilidade social, dentre as quais, muitas acabam sendo retiradas do convívio de suas famílias, por serem vítimas de alguma forma de violação de direitos por parte de familiares, vizinhos ou pela própria sociedade. Dentre os principais motivos de acolhimento de tais crianças e adolescentes podemos destacar, o envolvimento em situações de rua (falta de moradia), violência, drogadição, prostituição, criminalidade e\ou convivência em ambiente com alguma destas características, onde seria obrigação da família intervir evitando prejuízos a esta criança ou adolescente e ainda, porém com menor incidência, a ausência de responsáveis legais (pais ou familiares) por motivo de força maior.

Quando a família não cumpre seu papel legal de guardião e protetora da criança ou adolescente, entra em ação, o poder público, através de suas instituições, tais como, o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), na tentativa de trabalhar com essas famílias, buscando o chamado “fortalecimento de vínculos”, porém, quando a situação de violação de direitos persiste, faz-se

necessária a atuação dos conselhos tutelares, que após as tentativas de recuperação do vínculo familiar serem esgotadas e não apresentarem êxito, acabam por retirar esta criança ou adolescente do seio familiar, as quais são encaminhadas para outras instituições, chamadas oficialmente de instituições de acolhimento, nomeadas até a década de 1980 como “casas lares” ou “orfanatos”.

Em 1990, com a criação do ECA (Estatuto da criança e do adolescente), estas instituições, passam a receber a nomenclatura de “Abrigos”, tal mudança, não representou apenas a alteração do “nome institucional”, mas a reconstrução total da forma de atendimento propiciado por este serviço, deixando de lado os atendimentos “voluntário” e de “caridade” (utilizados nos moldes dos antigos orfanatos), vindo gradativamente a substituí-los por uma forma mais profissionalizada de atendimento, pautada agora em uma legislação específica.

Esta visão reforça-se em território brasileiro, em 2004, com a aprovação do Plano Nacional de Assistência Social (no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva), o qual acompanhou parâmetros internacionais, introduzindo no serviço visões pautadas no arcabouço científico e na atuação de forma interdisciplinar, de áreas como o Serviço Social, a Psicologia, a Pedagogia Social, a Fisioterapia, a Nutrição, entre outras. Buscando com isso, desenvolver uma melhor forma de atendimento aos acolhidos.

Após este marco, a visão sobre as questões da criança e do adolescente (dentre elas o acolhimento institucional), foram ganhando maior atenção por parte do Estado brasileiro, com a criação do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC, em 2006, depois, com a aprovação do documento de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, em 2009, “Com a finalidade de regulamentar, no território nacional, a organização e oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”(ELAGE, GÓES, FIKS e GENTILE 2015, p. 14), e ainda no mesmo ano, com a aprovação da Lei nº 12.010 (BRASIL, 2009a), conhecida como “Nova Lei de Adoção”, que veio alterar alguns artigos do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Com tais alterações, foram adotadas formas de atendimento, que visavam exclusivamente o bem-estar dessas crianças e adolescentes. Estas formas de atendimento, consideravam a aplicação de intervenções de profissionais das inúmeras áreas do conhecimento, com objetivo de preparar esse sujeito para a vida fora do acolhimento, dando-lhe dignas condições de inserção na sociedade, no mercado de trabalho, na vida acadêmica e



onde mais desejar. Estas alterações, vincularam ainda, a fiscalização do serviço diretamente ao Poder Judiciário, que através das Varas da Infância e Juventude, acompanham o atendimento, para evitar a ocorrência de novas situações de violação de direitos destas crianças e adolescentes.

Portanto apresentamos aqui, relatos de experiência como Educador Social, atuante na Área desde 2014, porém com foco em situações vivenciadas e atividades realizadas entre os anos de 2015 e 2016.

O ACOLHIMENTO E A EDUCAÇÃO SOCIAL

Dentre os motivos de acolhimento, encontram-se listados vários fatores de risco que acontecem no âmbito intrafamiliar e também no convívio social, dentre eles: **negligência, abandono, violência física, violência sexual, drogadição dos genitores, prostituição da criança ou adolescente (ou ainda convívio em ambientes com estas características), dentre outros**. Sabe-se também, que as crianças e adolescentes que acabam por ventura sendo acolhidos em alguma instituição por qualquer um dos motivos descritos, acabam apresentando problemas de adaptação e convívio social, comumente apresentam desvios de conduta e muitos têm envolvimento com drogas ou criminalidade, situações relacionadas às experiências de vida de cada um destes indivíduos, antes do acolhimento.

Por este motivo, se faz necessário ao profissional que atende tais crianças e adolescentes, construir o entendimento acerca do histórico de vida dos mesmos, buscando compreender a origem de seus comportamentos (sejam estes considerados bons ou ruins), para que assim possa lhes propiciar um atendimento de qualidade, realçando na criança ou adolescente sua condição de “ser humano”. Lembrando que, conforme as “Orientações Técnicas para os serviços de Acolhimento” (OTSA) aprovadas em 2009, todos os profissionais que atuam no serviço de acolhimento, devem ser tidos como “educadores”, indiferente ao cargo ou função específica que executa no “Abrigo”. A qual em seu texto destaca que “O reconhecimento de que todos os profissionais que atuam em serviços de acolhimento desempenham o papel de educador impõe a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos” (BRASIL, 2009b, p. 55).

Podemos, ainda nos orientar na colocação dos autores do “Manual de Formação de Profissionais em Serviços de Acolhimento”, elaborado pelo Instituto Fazendo História, da cidade de São Paulo – SP, no ano de 2015, que nos traz o seguinte:

[...] Quando, nos serviços de acolhimento, as crianças e os adolescentes são vistos pelos profissionais como “menores abandonados”, “coitadinhos” que não tiveram a “sorte” de receber o amor maternal (segundo os padrões idealizados por nossa sociedade), esses profissionais só poderão realizar um acolhimento assistencialista, que oferece condições para que os “desprivilegiados” e “incapazes” possam apenas sobreviver e ocupar posições subalternas em sua comunidade. Quando se olha a criança como despossuída, inferior, sem recursos cognitivos e afetivos, supõe-se que ela não percebe o que se passa em sua vida, não sabe o que acontece à sua volta. O que se espera da criança, sob essa perspectiva, é que ela obedeça sem reclamar e não dê trabalho. “afinal ela tem pessoas que lhe dão tudo!” Com relação aos adolescentes, quem educa sob o paradigma do menor sente medo do “menor infrator” ou “menor de rua” – um estereótipo associado ao adolescente em acolhimento; e é melhor que ele esteja longe, que vá para outro abrigo. O adolescente, em geral, transgredir, contesta, questiona, provoca; as dificuldades dessa fase da vida são comuns a todos – adolescentes e adultos -, mas não é com sujeição e negação dos direitos que os conflitos serão resolvidos. (ELAGE, GÓES, FIKS E GENTILE, 2015, p.17, grifo nosso).

Portanto, o atendimento deve propiciar à criança ou adolescente novas experiências e habilidades, que além de lhe orientarem, demonstrem utilidade para sua vida fora do acolhimento. Para isto, a “rotina” diária deve conter atividades que tratem de questões da vida em sociedade, executando desde ações de suporte para a chamada “educação formal” (como reforço escolar, auxílio em trabalhos escolares e o acompanhamento da vida escolar do acolhido), até outras, tidas como pertencentes às práticas da “educação não formal”, abrangendo questões do cuidado diário e do atendimento direto à criança ou adolescente (como atendimento à higiene pessoal, além de incentivos a disciplina e ao respeito às diferenças apresentadas pelas pessoas).

Porém, o trabalho do Educador Social deve acontecer de forma que vá além do desempenho da chamada “rotina”, deve abranger a construção de um “conhecimento de mundo”, que vise preencher as falhas (muitas vezes) deixadas pela própria situação de acolhimento, a qual priva os “acolhidos” de vivenciarem situações comuns à qualquer criança ou adolescente no seio familiar. Destacamos ainda, a aquisição de conhecimentos empíricos (comuns ao indivíduo do mundo moderno), como comprar um produto em uma loja, pedir uma informação na rua, pegar um ônibus para casa ou ainda, simplesmente entender a direção e a localização de lugares frequentados em sua rotina diária (como a escola, o posto de saúde ou o supermercado), em relação à sua residência.



A EDUCAÇÃO SOCIAL E OS CONTEÚDOS GEOGRÁFICOS

Primeiramente, escolhemos tratar sobre coordenação motora com oficinas de artesanato e música. O manuseio para tecer e a aproximação com noções de ritmo e movimento do corpo são fundamentais com as crianças, principalmente por permitir desenvolver a coordenação motora fina, bem como, a troca com o educador/professor permite trabalhar a descentração, momento em que o corpo da criança deixa de ser seu único referencial, passando a assimilar outros referenciais. Num segundo momento, criamos percursos geográficos, que permitiram o contato com contextos concretos, valorizando a metodologia do estudo de meio/trabalho de campo, tão importante para a Geografia. Situações reais e concretas foram apresentadas e discutidas, sendo as crianças e adolescentes estimuladas a construir mapas mentais, que foram depois transpostos em croquis. O trabalho de apresentação dos lugares, de sua observação atenta e posterior reflexão em “gabinete”, são estímulos válidos para o trabalho com conceitos geográficos como: localização, referência, distância, entre outros. Os conteúdos foram trabalhados observando a realidade, constituindo-se dela. Muitos deles nunca tiveram a oportunidade de ter apresentado os muitos elementos que compõem a cidade, seus lugares, sujeitos e contradições. A observação e posterior reflexão, mostraram-se práticas significativas para eles.

Em aproximação com a Geografia Cultural, foi propiciada aos acolhidos uma Oficina de Confeção de Filtros dos Sonhos, com objetivo de apresentá-los a conhecimentos e crenças de outras culturas (da Cultura Indígena, neste caso), além do desenvolvimento de atividades motoras objetivando alcançar a calma e a paz de espírito trazidas durante a execução de atividades manuais. Esta oficina aproveitava os momentos de ócio das crianças e adolescentes de idades entre 5 e 17 anos, onde através de uma atividade manual e lúdica, construam-se momentos de convívio em grupo. A atividade foi bem aceita pelos acolhidos, sendo replicada pelos colegas servidores de todas as cinco (05) unidades de acolhimento (Abrigos), administradas pela Fundação Proteger, entre 2015 e 2016.

Foram também executadas atividades “musicais”, com foco em “percussão e ritmo”, objetivando o desenvolvimento de habilidades corporais, além de estimular o aprendizado e assimilação de conhecimentos. Para Andrade (2012, p.16) “A música como forma de aprendizagem tende no meio educacional formar indivíduo questionador e explorador de seus

valores e costumes e para que isso ocorra é necessário começar esse trabalho desde bem cedo [...]”. Deste modo, a música contribui para o desenvolvimento do ser humano, bem como, auxilia na aprendizagem e desenvolvimento de habilidades, podendo (e devendo), ser utilizado como instrumento facilitador de acesso ao conhecimento. Sendo assim, crianças que recebem estímulos musicais adequados aprendem a ler e a escrever com mais facilidade, percebe-se também que a música ajuda no processo de alfabetização, na concentração e percepção. (ANDRADE, 2012, p.16).

A metodologia utilizada em todas as atividades empregou a teoria aliada a prática. No caso dos encontros onde trabalhamos “percussão e ritmo”, os acolhidos tiveram contato direto com diversos instrumentos percussivos (bateria, tambores de pele, agogôs, tamborins, pandeiros, carrilhão, pandeiro meia-lua, pau de chuva, chocalhos, caxixis, entre outros). Tais atividades foram inseridas na rotina semanal dos adolescentes de faixa etária entre 12 e 17 anos e executadas três vezes por semana, com duração de duas horas cada, nas próprias unidades de acolhimento (abrigos), de residência dos mesmos.

Objetivou-se, oportunizar o ato de “tocar” um tambor ou “balançar” um chocalho, para que pudessem perceber que a música é muito mais do que “barulho” e que ela se constrói a partir da união de diferentes sons, então, quando muitas pessoas emitem estes sons ao mesmo tempo, são necessárias algumas regras de organização e harmonização, onde cada músico deve saber o momento de tocar seu instrumento, mas também o momento de preservar o silêncio, respeitando assim a vez do próximo e entendendo ao mesmo tempo, o sentido da construção musical. Tais encontros visavam unir o conhecimento musical (percussivo), com práticas de convívio e de respeito ao próximo.

Continuamos este relato, destacando a atividade chamada de “Caminhadas Geográficas”, a qual foi pautada em contextos de “Orientação e Mobilidade Urbana” e visava incentivar o deslocamento autônomo (principalmente dos adolescentes) pelas ruas e localidades da cidade de Guarapuava - PR, para suprir a exiguidade gerada por dois principais motivos: o primeiro a ausência de vivências sociais, quando no seio familiar (devido aos motivos geradores do acolhimento) e o segundo a permanência por longos períodos em “abrigos”, já que o sistema protetivo criado para permanência destes adolescentes no “abrigo”, faz com que eles sempre se desloquem para os mesmos lugares, pelos mesmos caminhos e sempre acompanhados de outras



pessoas, além de transportados por veículos automotores, os quais percorrem trajetos previamente definidos pela logística da instituição.

Tais situações, fazem com que o indivíduo deixe de construir o que chamamos de “mapa mental” (obtido por todos os seres humanos ao longo de sua experiência de vida), que nos auxilia no deslocamento entre locais frequentados rotineiramente, além de nos servir de base para compreensão de instrumentos e ferramentas de localização, que vem a auxiliar na orientação em locais desconhecidos.

Lynch (1960), nos mostra a importância da imagem que cada um faz de sua cidade e de sua singularidade, falando, entre outras coisas, sobre o princípio da “Legibilidade Urbana”, que nada mais é do que a orientação do indivíduo dentro do “espaço urbano”, através de “pontos de referência”, como supermercados, igrejas, shopping centers, metrô, estádios e outros lugares de uso coletivo, destacando a importância da percepção de seus habitantes em relação à cidade:

Embora a clareza ou legibilidade não seja de modo algum a única característica importante de uma cidade bela, a sua relevância adquire um significado especial quando se observam arredores na escala urbana de tamanho, tempo e complexidade. Para compreender isto temos de considerar a cidade não como algo em si mesmo, mas a cidade objecto da percepção dos seus habitantes. (LYNCH, 1960, p.13).

Percorríamos nestas caminhadas, inúmeros pontos da área urbana da cidade de Guarapuava – PR, com trajetos definidos a partir dos locais comuns à rotina dos participantes (adolescentes acolhidos na Fundação Proteger de idades entre 12 e 17 anos).

Durante os percursos, abordamos conteúdos relacionados ao deslocamento pela cidade, anotamos informações dos locais por onde passamos, explicando aos adolescentes a importância da utilização destas informações (Código de Endereçamento Postal - CEP, nome de ruas e avenidas, nome de bairros, vilas ou distritos), na orientação e deslocamento pelo espaço urbano de qualquer cidade. Além, de destacar pontos de referência nos trajetos percorridos (supermercados, terminais rodoviários, igrejas, batalhões do exército e polícia militar, entre outros pontos marcantes na “paisagem urbana”), que podem auxiliar no deslocamento pela cidade, ressaltamos ainda, a importância de outros elementos da “paisagem urbana” (como o sentido de tráfego das vias, placas e sinais de trânsito, semáforos, faixas de pedestres, travessias elevadas, passarelas, entre outros), observados durante o trajeto.

Referenciamos cada elemento e destacamos sua finalidade e o significado de sua simbologia, bem como, sua representatividade normatizadora, fornecedora de “regras” a serem

respeitadas na mobilidade interna de uma cidade, concebidas de forma legislativa através das respectivas normatizações regulamentadoras desta temática.

Com o intuito de compreender e assimilar o trajeto percorrido, após o retorno à unidade de acolhimento (Abrigo), eram orientados os adolescentes a construir um “mapa mental” (utilizando as anotações feitas) que representasse num croqui os elementos observados durante o trajeto. O qual era executado de forma individual, porém sempre acompanhado pelo educador, que atuava no sentido de auxiliar na organização das informações, de modo que transmitissem a “visão” de cada adolescente de cada um daqueles elementos da paisagem urbana (encontros de ruas e avenidas, rotatórias, semáforos, além de outros pontos de referência).

Durante a execução das atividades abordamos as temáticas já citadas (relacionadas à orientação urbana), além de assuntos correlatos, como a educação no trânsito e ainda, incentivamos a construção de um pensamento crítico sobre a sociedade em geral e a cidade onde residimos. Todavia, devemos prestar o devido realce à experiência de conhecer lugares e pessoas, tão enriquecedora e necessária à construção de um indivíduo autônomo, consciente da importância da convivência em sociedade e tão defasada no contexto do acolhimento institucional de crianças e adolescentes.

Observando a grande aceitação das mencionadas atividades, buscamos parcerias que pudessem ampliar a oferta de atividades direcionadas às crianças e adolescentes “acolhidos” na cidade de Guarapuava-PR, assim sendo, foi possível desde o mês de Junho de 2016, com auxílio do Departamento pedagógico da Fundação Proteger, a realização de um convênio com a Universidade Estadual Do Centro-Oeste–UNICENTRO, através do qual, foi possível organizar o contato direto dos acadêmicos da universidade com as crianças e adolescentes da referida fundação e consolidar a parceria firmada entre os Educadores e Pedagogas Sociais da mesma (coordenados pelo Educador Social - Heverton José Teixeira da Cruz e pela Pedagoga Social, Simone Marques) com o Grupo PET-Geografia³, coordenado pelo professor Dr. Clayton Luiz da Silva, tutor do grupo e responsável por desenvolver projetos de extensão, ensino e pesquisa,

3 O Programa de Educação Tutorial tem como objetivo desenvolver atividades em pesquisa, ensino e extensão, que possibilitem aos seus participantes uma formação integral, auxiliando na construção de sujeitos críticos e capazes de atuar na sociedade.



que fortaleçam a formação dos estudantes da graduação do curso de Geografia e promovam a integração entre a Universidade e a sociedade em geral.

Após a parceria efetuada com o Grupo PET-Geografia (UNICENTRO - PR), houve um aumento em quantidade e qualidade, das atividades ofertadas para as crianças e adolescentes acolhidos na Fundação Proteger. Os alunos do PET, sob supervisão e orientação do professor Clayton, organizaram inúmeras atividades que foram executadas ao longo do restante do ano de 2016, bem como em 2017 e 2018.

Dentre estas atividades, podemos citar o aprimoramento daquelas ofertadas ao público adolescente, como a “Oficina de Percussão e Ritmo” (com a adesão de dois acadêmicos auxiliando na execução da oficina) e das “Caminhadas Geográficas”, que a partir de então passaram a aprofundar a abordagem da questão de “Orientação Urbana”, trazendo conceitos teóricos de cartografia (uso de bússola, rosa dos ventos, escala, entre outros) e ainda, ampliando as abordagens de localização e orientação espacial, mantendo o enfoque na localização por ruas e avenidas, associadas aos chamados “pontos de referência”, porém acrescentando critérios de localização em áreas naturais ou terrenos sem a presença de elementos urbanos.

Com a nova parceria ampliamos a oferta de atividades específicas para cada público (organizadas de forma a atender diferentes faixas etárias), dentre as quais podemos ressaltar a “oficina de fotografia e cinema” (destinada às crianças a partir de 8 anos de idade), além da “oficina de teatro” (dividida em dois grupos, um para faixa etária de 10 a 16 anos e outro para faixa etária de 4 a 9 anos), a “oficina de horta e jardinagem” (com público-alvo para as idades entre 8 e 15 anos) e ainda um projeto específico para as crianças do chamado “Berçário Municipal” (de idades entre 0 e 5 anos), que propôs um trabalho de “Literatura e Contação de Histórias” com os pequenos.

A sinergia formada com o Grupo PET-Geografia (UNICENTRO – PR), ampliou a oferta de “experiências de vida” para os acolhidos na Fundação Proteger, trazendo resultados positivos para ambas as instituições. Uma parceria que tantos “frutos” rendeu, estendendo suas ações até a atualidade.

Conclusão:

Podemos dizer que em se tratando de crianças e adolescentes, temos por base indivíduos suscetíveis as vontades e aos costumes daqueles adultos mais próximos de si, que por sua vez,

são próprias da influência direta do meio socioespacial em que estão inseridos. Para Bukharin *apud* Santos (2005, p. 25), “cada sociedade veste a roupa de seu tempo”.

Pensando dessa forma, podemos destacar a importância da abordagem dos conhecimentos geográficos, na prática da educação social, trazendo para estes indivíduos tanto os conteúdos de Geografia, quanto experiências que demonstram a essas crianças e adolescentes a importância da valorização do “ser humano”, da “empatia” e do respeito às diferenças.

Do ponto de vista dos conteúdos abordados (apesar das atividades não alimentarem prévias expectativas relacionadas a possíveis resultados), após as “caminhadas geográficas”, observamos o desenvolvimento de uma maior independência por parte dos adolescentes participantes da atividade, principalmente, no que se refere ao deslocamento autônomo pelos locais frequentados na cidade diariamente. Após as “caminhadas geográficas”, passaram a entender com maior facilidade, elementos da cidade que auxiliam em nossa orientação, como a direção de locais que frequentam diariamente em relação a sua residência, além da direção de onde vem e para onde vão os carros em uma via e se o semáforo está com a cor de “pare” ou de “siga”, situações que podem parecer, a grosso modo, extremamente simples para qualquer pessoa, mas que, para alguns adolescentes em situação de acolhimento representam um avanço muito importante frente a sua autonomia, podendo significar parte vital do preparo para seguir pela vida, quando fora do abrigo.

Conforme, Silva e Surmacz (2015) - os quais (ao citarem trechos de legislações brasileiras relacionadas à educação) destacam a importância de buscarmos aproximar os conteúdos geográficos com o cotidiano dos alunos, frisando que “abordagens atuais da Geografia têm buscado práticas pedagógicas que permitem colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito” (BRASIL, 1997, p14. *apud* SILVA e SURMACZ, 2015, p.18224).

Portanto, trazer os conteúdos geográficos para o contexto cotidiano de vida da criança ou adolescente, pode favorecer a compreensão e a utilização de tais conhecimentos no dia a dia, fazendo com que o indivíduo se desenvolva por completo, demonstrando que através de práticas não formais de ensino, podemos apresentar de forma contextualizada e concreta aquilo que os conteúdos da educação formal trazem de forma abstrata.



Neste sentido, este relato buscou demonstrar a importância e a eficácia de se transmitir os conteúdos geográficos, através de práticas não formais e em espaços não convencionais de ensino, mas que muitas vezes contribuem significativamente para a fixação daquele conteúdo, tornando-o assim um conhecimento que faça sentido na vida daquela criança ou adolescente.

Referências bibliográficas:

ANDRADE, Annielly da Silva. **A música como instrumento facilitador da Aprendizagem na educação**. Guarabira. UEPB, 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Ministério da Justiça. Brasília: CBIA, Unicef, 1990a.

_____. LEI Nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, ago. 2009a.

_____. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, jun. 2009b.

ELAGE, Bruna; GÓES, Marcus; FIKS, Milton; GENTILE, Renata. **Formação de Profissionais em Serviço de Acolhimento**. Instituto Fazendo História. São Paulo, 2005.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **A Boa Forma da Cidade**. São Paulo: Edições 70, 1999.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. EDUSP – Editora. São Paulo. 2005.

SILVA, Juarez Favero; SURMACZ, Elaine Cristina Soares. **A Prática da Geografia Escolar em Espaços Não Convencionais de Ensino**. EDUCERE, p.18222-18232. Curitiba. 2015.

Guarapuava, 31 de março de 2019.